



HAL
open science

Política, língua portuguesa e Internet

Inês Signorini

► **To cite this version:**

Inês Signorini. Política, língua portuguesa e Internet. XV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles, Nov 2012, Madrid, Spain. pp.479-487. halshs-00874502

HAL Id: halshs-00874502

<https://shs.hal.science/halshs-00874502>

Submitted on 18 Oct 2013

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



**Actas
Congreso
Internacional
América
Latina:
La autonomía
de una región**

**XV Encuentro de
Latinoamericanistas
Españoles**

Actas del Congreso Internacional “América Latina: La autonomía de una región”, organizado por el Consejo Español de Estudios Iberoamericanos (CEEIB) y la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid (UCM), celebrado en Madrid el 29 y 30 de noviembre de 2012.

Editores:

Heriberto Cairo Carou, Almudena Cabezas González, Tomás Mallo Gutiérrez, Esther del Campo García y José Carpio Martín.

© Los autores, 2012

Diseño de portada: tehura@tehura.es
Maquetación: Darío Barboza
Realización editorial: Trama editorial
trama@tramaeditorial.es
www.tramaeditorial.es
ISBN-e: 978-84-92755-88-2

POLÍTICA, LÍNGUA PORTUGUESA E INTERNET¹

Inês Signorini

Resumo

Neste trabalho, são apontados e descritos modos de apreensão e articulação de questões relacionadas à política linguística e aos usos da língua portuguesa em espaços de informação e comunicação criados pelas tecnologias digitais relacionadas à internet. Para isso, são focalizados tanto os modos de apreensão, por internautas brasileiros, do português utilizado nesses espaços, quanto os modos de apreensão do português globalizado no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Tais modos de apreensão são sobretudo tributários do modelo grafocêntrico da tradição letrada escolarizada, o qual se mostra pouco produtivo na apreensão das formas e usos da língua na comunicação em rede, inclusive em nível transnacional.

1. Introdução

Com a massificação crescente do uso de computadores plugados à internet no Brasil, a associação desses três termos - política, língua portuguesa e internet - costuma se dar em discussões sobre políticas linguísticas e tecnologias computacionais de comunicação e informação, sendo que na maioria das vezes o que está em discussão é justamente uma alegada falta de uma política linguística adequada às novas realidades trazidas por tais tecnologias.

Quando a língua em questão é a língua nacional, as novas realidades referidas são geralmente as dos usos da língua que se afastam das convenções do padrão escrito usado pela mídia impressa convencional e ganham grande visibilidade em espaços criados pela comunicação em rede. Nesse caso, a política linguística visada é geralmente a de contenção, no sentido de disciplinarização, desses usos, de modo a se evitarem supostos danos à língua e às competências linguísticas dos falantes, notadamente os jovens e todos os que ainda não dominam o chamado português padrão, adquirido na escola pela grande maioria dos falantes.

E quando a preocupação é com o português globalizado, ou com a internacionalização do português no mundo globalizado, o foco da discussão passa a ser que “variedade” do português, dentre as que vigoram no Brasil, em Portugal, em Angola, ou nos demais países africanos de língua oficial portuguesa, será o padrão. Nesse caso, a questão de uma política linguística passa a ser a dos meios e modos de imposição, divulgação e “defesa”, ou controle, desse padrão nos espaços de comunicação internacional criados pela mídia digital.

Apesar de envolverem fatos, personagens, argumentos e contextos bem diferentes, o ponto comum dessas discussões é o da compreensão do político no sentido policial, ou policialesco, nos termos da teoria política de Rancière (1995), ou seja, no sentido de instalação e manutenção de uma dada ordem linguística e, conseqüentemente, de reorganização e controle do campo heterogêneo e hierarquizado dos usos reais da língua nos espaços de comunicação, inclusive os virtuais. E, conforme pretendemos mostrar na sequência deste artigo, esse modo de compreensão do político reduz, quando não apaga completamente, as potencialidades de transformação e democratização de padrões linguísticos outros, além dos grafocêntricos da tradição escolar, trazidas pelos espaços digitalizados de comunicação e informação.

2. A “língua da internet” como uma ameaça à ordem grafocêntrica tradicional brasileira

Costuma-se caracterizar a linguagem usada na comunicação através dos gêneros próprios da internet (sobretudo blog, correio eletrônico, conversa simultânea e postagem em redes sociais) como uma linguagem marcada pela velocidade das trocas e pela informalidade e oralidade nos modos de dizer. Mas como a modalidade utilizada é a escrita, esses três componentes acabam por dar a essa escrita características diversas das convencionais previstas pelo padrão letrado escolarizado. Por um lado, abreviações, simplificação da ortografia e uso concomitante de recursos gráficos e imagéticos orientados pelo princípio da expressividade e da economia; e, por outro lado, a transcrição fonética e ortográfica de formas linguísticas próprias de variedades populares, isto é, tidas como não cultas e mais próximas do “linguajar” de falantes tradicionalmente tidos como menos autorizados que os falantes da variedade de maior prestígio, dita “variedade culta”.

E em função dessas características, “a língua da internet”, frequentemente denominada “internetês”, vai ser considerada, sobretudo por agentes institucionais que trabalham com o padrão letrado escolarizado (agentes da

¹ Este trabalho apresenta resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito dos Projetos “Metapragmática e letramento hipermediático” (CNPQ no. 305703/2005-6) e “Letramentos hipermediáticos na escola/letramentos escolares na hiperímia” (FAPESP no. 2010/51597-9). Contato: signor@iel.unicamp.br

grande mídia, do ensino, da burocracia estatal, por exemplo), como uma ameaça à sobrevivência dos bons usos da língua, quando não como uma ameaça à sobrevivência da própria língua nacional. É o que ilustram os dois comentários abaixo transcritos, postados num site de uma fundação estadual orientada para profissionais do ensino em resposta à pergunta: “o internetês é uma ameaça à língua portuguesa?” (Fonte: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/discutindo/discutindo.php?cod_per=42, capturado em 20.09.2012).

- Comentário 1: “A língua portuguesa está sendo deteriorada a cada dia que passa. Internetês é mais uma das formas de assassinar a nossa língua e fazer com que as pessoas não só falem errado como escrevam pior ainda!” (Aylla Keiner, 30/01/2006)
- Comentário 2: “Acho que esse tipo de linguagem não contribui em nada para o enriquecimento da cultura e do conhecimento, pois o brasileiro, de maneira geral, não está capacitado a falar corretamente a nossa língua e temos que conviver com esse tipo de esteriótipo (sic) criado por desocupados.” (Moacir Pinto, 23/05/2005)

O interesse desses comentários está sobretudo em fazerem eco a inúmeros outros divulgados na mesma época (segunda metade da década de 2010) pela mídia de grande circulação, inclusive televisiva, nos quais a “língua da internet” é vista como um tipo fatal de agressão – deterioração e assassinato, nos termos do primeiro comentário acima - da língua nacional, agressão essa diretamente associada à “incapacidade” (ou incompetência) linguística dos falantes do português brasileiro de modo geral (“o brasileiro, de maneira geral, não está capacitado a falar corretamente a nossa língua:”) e dos usuários da internet de modo particular: “desocupados”, que não só falam “errado” como escrevem “pior ainda”, conforme descrito no segundo comentário acima.

O fato mais importante a se observar, porém, é que nessas avaliações a escrita oralizada e abreviada da internet é vista como uma espécie de avesso da “nossa língua” nacional e, como tal, deveria permanecer submersa, ou seja, invisível, do mesmo modo como os que a produzem. Quem melhor explicita isso é o escritor e professor universitário Deonísio da Silva, num artigo publicado em 2005, no site *Observatório da Imprensa*, ao expor sua indignação com o suposto “descalabro” da visibilidade adquirida por usos e formas linguísticas que não coincidem com “a norma culta da língua”, em espaços criados pela mídia digital.

Enfatizando a não legitimidade do que denomina “idioma cibernético”, Silva também aponta a desqualificação dos falantes desse “idioma” como um fato indiscutível e escandaloso. Segundo ele a “língua da internet” é obra “[d]os ágrafos que se beneficiaram das novas tecnologias” (2005: 1) e ameaçam “a língua que herdamos de nossos pais e professores num tempo em que a família e a escola tinham mais atenção.” (2005: 2) Ainda segundo Silva, trata-se de um sintoma “óbvio” de uma “confusão” ainda maior:

“A norma culta da língua portuguesa não tem mais quem a defenda nem em legendas de filmes na televisão! A confusão é geral. E a escola deu, por atos, palavras e omissões, grande contribuição ao atual descabro de que o idioma cibernético é um dos mais óbvios sintomas.” (Silva, 2005: 2)

Um aspecto importante, evidenciado na avaliação desse autor, é a de uma suposta desorganização de uma dada ordem linguística (“A confusão é geral”) tradicionalmente pautada pela hegemonia do padrão grafocêntrico, ou “norma culta” de base escrita, e pela marginalização e apagamento, particularmente em práticas de comunicação que circulam na esfera pública, das variedades de base oral e tidas como “não padrão”.

De fato, o critério da correção linguística (escrever e falar “corretamente”), utilizado nas avaliações aqui focalizadas, tem como referência as descrições de um padrão linguístico grafocêntrico, isto é parametrizado e reproduzido pela tradição letrada escolarizada, sendo que essas descrições tendem a funcionar mais como prescrições sobre como devem ser as formas e os usos da língua para serem considerados inequivocamente como adequados. O que significa dizer que a questão da variação inerente aos usos de uma língua não estagnada, já amplamente descrita pelos estudos da linguagem em uso, é tida como um complicador até certo ponto desnecessário: a premissa subjacente é a de que sempre há uma forma ou um modo de dizer/escrever/ler que é tido, visto como mais adequado, ou mais correto, que todos os demais, não importa a situação.

A tendência, nesse caso, é, pois, desconsiderar a diversidade dos usos reais da língua – variação morfossintática, semântico-pragmática e textual discursiva - para considerar apenas a unidade e estabilidade de um padrão ideal, estabelecido por convenções institucionais, não só escolares. E em função desse padrão estabilizado, o campo heterogêneo dos usos da língua torna-se um campo hierarquizado e, em função dessa hierarquização, são também posicionados os falantes. Daí a associação, verificada nas avaliações citadas anteriormente, entre desqualificação da “língua da internet” e desqualificação de seus usuários enquanto falantes “incapacitados”, incompetentes, da língua nacional.

Em contraste, o foco no(s) modo(s) de funcionamento das formas linguísticas considerando uma série de fatores não estritamente linguísticos (e ortográficos no caso da escrita), tende a manter o complicador da variação linguística, entendida em sentido amplo, ou seja, variação nas formas, nos usos e parâmetros de avaliação. Tende também a equacionar a questão da adequação no uso da escrita em função de fronteiras socioideológicas e de posições do falante/escrevente/leitor no campo social hierarquizado. Nessa perspectiva, o que se pode verificar é que uma mesma produção oral ou escrita pode gerar diferentes sentidos e diferentes avaliações em função do interlocutor, isto é, de

quem está ouvindo ou lendo, e da situação; o que faz com que todo e qualquer parâmetro estritamente linguístico (mais ou menos próximo da “variedade culta”) não se sustente em toda e qualquer contexto, em toda e qualquer situação, mesmo se tais parâmetros são os legitimados pela escola e outras instituições.

Portanto, quando se considera a questão da adequação no uso da escrita em função da situação e das posições do falante/escrevente/leitor no campo sócio-cultural, a direção é inversa da que foi descrita anteriormente: a tendência é focar a diversidade das formas e dos usos reais da língua falada e escrita em seus embates com a imposição de um padrão ideal, unificado por convenções institucionais. Isso significa focar não apenas as diferenças em relação a esse padrão, como nas avaliações acima transcritas, mas sobretudo os modos como vão se transformando as fronteiras e as interfaces entre uma coisa e outra. Isso porque o que se tem observado é que as fronteiras não são estáveis e nem inequívocas e muitas são as zonas de interface e de contaminação recíproca (a esse respeito, ver também Signorini, 2002), como no caso da escrita oralizada produzida nos espaços de comunicação via internet.

Uma zona de fronteira e de interface de grande relevância e visibilidade nesse caso é a da oralidade/escrita, sobretudo porque há uma polarização diglósica que é produzida sistematicamente pelos discursos letrados, inclusive os acadêmicos e escolares, que tende a descaracterizar o campo das interseções entre práticas orais e práticas escritas como uma zona de fronteira e ao mesmo tempo de transformação do falante e de sua língua (a esse respeito, ver também Signorini, 2001).

Por polarização diglósica, estamos compreendendo a contraposição entre língua oral e língua escrita como dois polos que se excluem. Mesmo nos modelos que prevêem uma linha contínua entre esses dois polos e trabalha com escalas que vão do mais ou menos oral para o mais ou menos escrito (Marcuschi, 2002), a lógica diglósica da parametrização dos usos da língua pela escrita está presente: língua correta, língua adequada, língua verdadeira é a escrita, portanto quanto mais próxima da escrita estiver a fala, mais próxima estará da chamada língua padrão, ou língua culta e, conseqüentemente, menos sujeita à variação; quanto mais afastada da escrita estiver a fala, mais sujeita à variação e, conseqüentemente, mais afastada da língua culta ou padrão. Seguindo a mesma lógica, quanto mais próxima da fala estiver a escrita, mais afastada estará da língua culta ou padrão e, conseqüentemente, mais sujeita à variação; quanto mais afastada da fala estiver a escrita, menos sujeita à variação e, conseqüentemente, mais próxima do padrão.

Na verdade, a mentalidade diglósica exclui justamente toda igualdade de condições que possa existir basicamente entre falantes de uma mesma língua, enquanto falantes nativos, no sentido de autorizados, e transfere para a língua padrão, portanto para a língua parametrizada pela escrita e unificada pelas convenções institucionais, o papel de instaurar a igualdade de condições entre os falantes da língua. Segundo esse modelo, a igualdade das condições entre falantes de uma mesma língua é o objetivo a ser alcançado através da escolarização/universalização dos saberes sobre a língua: serão iguais os que adquirirem os mesmos padrões; no caso específico da língua: serão iguais os que falarem/escreverem da mesma forma. Nos termos de Deonísio da Silva, no artigo já citado, “Fora da Galáxia Gutenberg, todo mundo será marginal e como tal será tratado.” (2005:2)

Entretanto, a observação das práticas reais e das formas em circulação, ou seja, a observação dos usos contextualizados da língua, mostra como são de fato moveáveis os limites assim traçados e frágeis as relações de oposição assim demarcadas. Quando, por exemplo, numa mensagem eletrônica um letrado escolarizado escreve alguma coisa como: "mando p/ vc na 6a pq é fds 🍷", em vez de "mando para você na sexta-feira, porque é final de semana. Fazer o quê?", ou ainda “Lamento, mas mando-lhe só na sexta-feira, por causa do final de semana”, está atuando numa zona de interface entre práticas e gêneros orais e escritos que lhe são familiares. Seria sem dúvida inadequado se apresentássemos como única alternativa aceitável, no sentido de inequivocamente correta, a versão mais próxima dos gêneros formais. O trânsito, não só do oral para o escrito como também dos gêneros informais para os mais formais, é recorrente nas práticas de qualquer falante, sendo que é nesse transitar que vão se dando as apropriações e reapropriações dos recursos linguísticos.

É preciso considerar ainda que o suposto inconveniente ou dano, a ser eliminado segundo as avaliações citadas acima, é como um nó que, como lembra Rancière (1995), está, desde Platão e Aristóteles, no cerne do conceito mesmo de democracia enquanto lógica de interrupção de uma dada ordem política de dominação na comunidade:

“o governo da comunidade, a instância que a dirige e mantém, é sempre o governo de uma das ‘partes’, de uma das facções que, impondo sua lei à outra, impõe à comunidade a lei da divisão.” (1995: 109; tradução minha)

E é justamente a exibição dessa “lei da divisão”, de que fala o autor, o “atual descalabro” representado sintomaticamente, segundo Silva (2005), pela “língua da internet”, “internetês” ou “idioma cibernético”. Ao ganhar visibilidade e ser legitimada na/pela escrita em novos espaços de comunicação social da esfera pública, a “língua da internet” tanto expõe a divisão na língua comum dos cidadãos (variação e hierarquização) como também aponta para a possibilidade de interrupção da dominação de uma das partes (a dos grupos letrados escolarizados) como língua única da nação.

Nesse sentido, o que emerge como fato político novo do ponto de vista estritamente linguístico é o embaralhamento de relações e fronteiras anteriormente dadas pela ordem grafocêntrica entre formas linguísticas e funções

comunicativas (nem todo gênero escrito que circula na esfera pública está atrelado à comunicação formal, por exemplo), entre formas linguísticas e condição sociocultural do falante (nem todo usuário do “internetês” é “ágrafo”, fala “errado” e escreve “pior ainda”, por exemplo), por um lado, e, por outro lado, o questionamento da unicidade da língua nacional, anteriormente representada por um padrão escrito único ou estabilizado.

3. O multiculturalismo da comunicação globalizada como uma ameaça à identidade e unicidade da língua portuguesa

Desde o final da década de 1990, tem-se falado de política linguística e de globalização como conjunto de estratégias, geralmente institucionais, de fomento ou de gerenciamento de mercado(s) linguístico(s) transnacionais com vistas à produção e circulação de produtos linguísticos ou semióticos (“sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”) e não linguísticos; sendo que tais mercados estão atrelados à atividade econômica e cultural das comunidades (não só nacionais) e aos circuitos e/ou espaços produzidos por processos, fluxos ou redes transnacionais de circulação de capital, mercadorias e pessoas.

E como na versão contemporânea do capitalismo globalizado os mercados linguísticos estão em “sinergia” com outros mercados, mais diretamente com os mercados de trabalho e o mercado de capitais, outros atores, além do Estado e das agências de letramento mais tradicionais (família, escola, imprensa, igreja, por exemplo), estão envolvidos na determinação dessas políticas.

Os modelos mais gerais de política linguística que têm orientado os discursos contemporâneos sobre “difusão” do português como língua internacional, língua franca, ou língua comum, em espaços/tempos produzidos pela globalização econômico-financeira das últimas décadas, inclusive os de informação e comunicação via internet, são modelos herdados do colonialismo (modelo imperial português), do neo-colonialismo (modelo nacional hegemônico) e também do pós-colonialismo e descolonização (modelo transnacional, transcultural e transidiomático).

Esses três modelos são diversamente articulados e desarticulados no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (doravante CPLP), uma organização transnacional destinada à “concertação político-diplomática”, à “cooperação em todos os domínios”, além da promoção e difusão da língua portuguesa” (<http://www.cplp.org/id-46.aspx>; capturado em 30.01.2012). Juntamente com Brasil e Portugal, são membros da CPLP o grupo dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e Timor Leste.

482

Mas além da experiência comum do colonialismo e da língua portuguesa como legado colonial, o que faz a especificidade dessa “comunidade” é a flagrante heterogeneidade etnocultural, sociolinguística, sociohistórica e socioeconômica dos oito países que a compõem. Em função disso, a identidade e a unicidade do português como língua comum, embora oficialmente tidas como inquestionáveis, estão, na verdade, sempre em discussão. E com o advento da internet e o adensamento dos fluxos de comunicação transnacional, essa discussão tem adquirido crescente visibilidade.

No início da década de 2000, a linguista portuguesa Maria Helena Mira Mateus apresentava da seguinte forma o desafio de uma re-definição conjunta de uma política linguística transnacional para o português:

“Estou convicta de que qualquer reflexão sobre política linguística se insere obrigatoriamente num cenário internacional de redes de interesses e de solidariedades institucionais. Esta viragem de orientação política reconhece-se em todos as áreas, e não pode deixar de ser tida em conta no que respeita à política da língua, seja como língua materna seja como não materna. (...) Falar hoje sobre política linguística não interessa se se limitar à exclusiva indicação de formas concretas de difusão da língua, sem se saber exactamente onde, como e para quê.” (Mateus, 2002, s/n)

Mas ao propor que todos os países em que a língua portuguesa é falada participem dessa empreitada, a autora abre parênteses para fazer uma crítica às atuações de Portugal e Brasil: “(é absolutamente inaceitável que portugueses e brasileiros se não entendam quando se trata, afinal, de ensinar uma única língua, por se considerarem, uns ou outros, detentores de uma variedade superior).” (2002, s/n)

O principal interesse desses excertos para a discussão aqui proposta está na menção a importantes linhas de força que constituem a questão do português transnacional, ou da globalização do português, na contemporaneidade. A primeira delas é a da “viragem de orientação política” com vistas “às redes de interesses e de solidariedades institucionais” que caracterizam, segundo Mateus, o cenário internacional contemporâneo. Pode-se compreender tal “viragem” como atendendo a uma demanda de reorientação dos programas de “difusão do português”, antes moldados pela retórica colonial e neo-colonial de uma irmandade e conseqüente solidariedade natural (no sentido de fundamental e indiscutível) entre povos falantes de uma mesma língua e herdeiros de um passado comum, no caso, a dominação/colonização portuguesa. Uma reorientação, pois, no sentido de contemplar também “redes de interesses” econômicos, certamente, mas igualmente geopolíticos e geoestratégicos dos diferentes países que integram a CPLP.

Essa reorientação mais “pragmática”, ou globalista, dos programas de “difusão da língua” – “saber exactamente onde, como e para quê” difundir o português transnacionalmente – vem sendo tematizada desde então em diferentes ocasiões e por diferentes porta-vozes institucionais.

A segunda linha de força mencionada por Mateus no excerto acima, é o da afirmação de uma língua portuguesa única, mas que se concretiza localmente em “variedades” hierarquizadas. O litígio, de natureza política, daí decorrente tem sido fator de tensão nas relações entre Portugal e suas ex-colônias, particularmente o Brasil, conforme ilustram mais recentemente as discussões sobre o acordo ortográfico do final da década de 2000. E o que está em litígio é tanto a legitimidade dos critérios de hierarquização das “variedades”, quanto a legitimidade dos papéis atribuídos aos falantes dessas “variedades” no processo de definição de uma língua comum.

Na verdade, os desentendimentos entre Portugal e Brasil sobre a questão da hierarquização das “variedades” portuguesa (ou “europeia”), e brasileira são antigas, mas adquiriram grande visibilidade com o globalismo brasileiro, mais voltado para as relações bilaterais e multilaterais com diferentes países, particularmente os do chamado sul globalizado (*Global South*), sem destaque especial para os da CPLP, como mostra Miyamoto (2009, p. 33).

De modo geral, a “experiência” brasileira realçada em discursos oficiais e não oficiais no âmbito da CPLP, mesmo que de forma geralmente ambígua e genérica, é a da diferença, e não a da convergência em relação à retórica oficial portuguesa e à lusofonia de modo geral, sobretudo porque se distancia de qualquer referência a uma filiação monolíngue e monocultural de origem, do tipo projetado pela tradição lusófona de uma “mãe-pátria” única, que se confunde com uma língua-pátria, também una e única, mesmo na diáspora, e apesar da descolonização.

De fato, ao se afirmar a existência de uma língua nacional brasileira de origem multlíngue e multicultural, torna-se polêmica a questão da unicidade do português transnacional nos termos da lusofonia: reconhecer uma língua-pátria de origem é reconhecer uma relação hierarquizada do tipo centro/periferia, em relação à qual estariam posicionadas as diferentes “variedades” não lusas. No caso específico do Brasil, que há muito não se considera tutelável em matéria de língua, a polêmica adquire tons nacionalistas e a questão da “difusão” da língua confunde-se com a da hegemonia nacional, da mesma forma como em Portugal o movimento de oposição ao acordo ortográfico de 1990 tornou-se um movimento contra a “abrasileiração” de um patrimônio nacional luso. Com grande repercussão sobretudo nos espaços de comunicação via internet, a discussão do acordo gerou inúmeros artigos, petições e comentários em blogs, fóruns e redes sociais, além dos sites jornalísticos. Além dos nacionalismos (Hobsbawn, 1990; Balibar, 1991; Signorini, 2002) então exibidos, o episódio deu grande visibilidade ao litígio sobre uma identidade comum, seja da língua, seja de uma “cultura lusófona”.

Mas como apontam os estudos sociolinguísticos da globalização (Blommaert, 2003, 2009, 2010; Blommaert, Collins, e Slembrouck, 2005), o policentrismo estratificado das relações entre os espaços/tempos contemporâneos, sejam eles de base territorial, como no caso dos Estados-nações, ou de base desterritorializada, como no caso dos “blocos” e redes transnacionais, faz com que cada um deles possa funcionar ao mesmo tempo como central, periférico e semiperiférico em relação a uma dada referência para a qual está orientado. Estamos compreendendo policentrismo estratificado no sentido de que nem todo centro ou ponto de referência está posicionado da mesma forma quando mudam as escalas e, portanto, não tem o mesmo valor relacional (Shepard, 2007). Daí as instabilidades e a fluidez próprias dos “blocos” ou redes transnacionais, particularmente as de composição tão diversa quanto a CPLP.

Basta que se considere, por exemplo, o caso de Portugal e Brasil nessa comunidade: ao mesmo tempo em que são os únicos dois países do grupo que apresentaram em 2010 índice de desenvolvimento humano muito elevado e elevado, respectivamente², e que por isso se vêm como legítimos candidatos ao centro, deixam de sê-lo tão logo mudam as redes ou “blocos” de referência, assumindo posições relacionais claramente subalternas numa outra escala, como a das relações com o Norte globalizado, por exemplo.

Da mesma forma, a estratégia dos países africanos de se filiarem ao maior número possível de “blocos” e redes transnacionais que possam lhes trazer benefícios é uma resposta ao pluricentrismo estratificado produzido pela globalização econômico-financeira. O tema “solidariedade na diversidade”, escolhido pelo então presidente angolano ao presidir a VII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em 2010, faz alusão, justamente, tanto à dinâmica centro-periferia dos fluxos de cooperação tecno-científica, quanto à intrincada rede de diferenças que constituem as realidades nacionais africanas e, por conseguinte, também as relações com não africanos, inclusive Brasil e Portugal, principais envolvidos nos fluxos de cooperação no âmbito da CPLP.

E em função do multilinguismo, são de grande relevância as reconfigurações da própria ordem linguística de cada país – a língua portuguesa como “língua de unidade nacional” (em contraposição a língua nacional ou materna) - é

²“O Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD em 2010 é, a este propósito, esclarecedor. Num universo total de 169 países, com exceção de Portugal que, ocupando a 40ª classificação integra o grupo de países considerado com “desenvolvimento humano muito elevado” e do Brasil que, em 73º lugar, pertence ao grupo dos países com “desenvolvimento humano elevado”, os restantes são considerados como tendo ou “desenvolvimento humano médio” (casos de Cabo Verde, de Timor-Leste e de São Tomé e Príncipe, situados, respectivamente, nas posições nºs 118, 120 e 127) ou “desenvolvimento humano baixo” (Angola em 146º, Guiné-Bissau em 164º e Moçambique em 165º). Esta circunstância é ainda mais preocupante quando, comparando o IDH de 2010 com o de 2005 se constata que a Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe desceram neste “ranking”, Moçambique se manteve inalterado e os restantes registaram pequenas melhorias, exceção feita a Timor-Leste que subiu 11 lugares.” (Correia, 2011: s/n)

uma língua reinventada no verso e na prosa no/pelo confronto/amálgama com as línguas locais e os gêneros da tradição oral. É o que ilustram, por exemplo, as obras dos bem conhecidos escritores moçambicanos Mía Couto e Cassano, dentre muitos outros. O mesmo se poderia dizer em relação à música e ao cinema africanos que têm circulado em festivais de cultura lusófona³ e reproduzidos através da internet.

Mas além do campo da literatura e das artes em geral, em que são reapropriadas as formas herdadas de linguagem em novas combinações, mais ou menos transgressivas em relação à lógica globalista da estratificação dos espaços/tempos relacionais no âmbito da CPLP, permanecem as discussões que povoam blogs, fóruns e redes sociais sobre qual “variedade do português” teria maior legitimidade enquanto língua de uma comunidade internacional. E o que pode ser observado é que tais discussões têm dado grande visibilidade aos modelos de política linguística citados no início desta seção. As postagens sobre esse tema publicadas num site bastante popular, como o *Yahoo Respostas*, por exemplo, são ilustrativas a esse respeito.

Seguindo a lógica do modelo colonial português, a “variedade portuguesa” seria a de maior legitimidade, e não só por suas prerrogativas históricas, conforme descrito na passagem abaixo, extraída da “melhor resposta” à pergunta “Português do Portugal que é o verdadeiro?”:

“o portugues de portugal nao é que seja o verdadeiro, prq todo o portugues é verdadeiro. mas o portugues de portugal, é uma forma de portugues mais padronizado, mais correcto, mais formalizado, mais rigoroso, mais neutro, mais etimologico e mais modernizado. entao que o portugues do brasil é mais fonolgoico (*sic*), nao tão informal (*sic*), possui vocabulos vindos de diferentes linguas, afastando da etimologia latina de alguns vocabulos. e tambem o portugues brasileiro, é mais conservador, uma vez que mantem a estrutura frasica semelhante a do portugues falado entre os seculos XIX e XX.” JPortuga (2012)

Nessa passagem, é interessante observar a contraposição feita entre os traços que definiriam as variedades portuguesa e brasileira – padronização, correção, rigor, neutralidade e modernidade para a primeira, e oralidade, informalidade, hibridismo e conservadorismo para a segunda. Independentemente das analogias que possam ser feitas com o discurso colonial sobre línguas desenvolvidas e línguas primitivas, por exemplo, um traço recorrente desse discurso nas discussões aqui focalizadas é o de uma alegada pureza da variedade portuguesa, que não teria se deixado contaminar pelo contato com outras línguas, seja no passado, seja no presente, contrariamente ao que se verifica com as demais variedades. De fato, como assinala Barros:

“a narrativa que fixa a força da persistência da língua portuguesa nos antigos espaços do então império português não reconhece com o mesmo valor as influências socioculturais que, reciprocamente, esses mesmos espaços tiveram na modelação da língua portuguesa.” (2010, s/n)

Negando, justamente, essa “persistência da língua” colonial e seguindo a lógica do modelo nacional hegemônico estão as respostas que não atribuem a legitimidade da variedade brasileira a qualquer relação com a variedade portuguesa. É o que ilustra a passagem abaixo, extraída de uma resposta à pergunta “Porque (*sic*) que os brasileiros acharam por bem adular o verdadeiro português, e tudo porque as vezes não se entende o que certos brasileiros fala (*sic*)?”:

“Os brasileiros há muito não entendem nada que os portugueses falam e agora a recíproca também é verdadeira, isso só vem corroborar a tese de que não falamos mais português. O Brasileiro tá com força total!

Agoram (*sic*) vejam algumas curiosidades sobre o brasileiro:

- É o idioma neolatino mais novo que existe.
- É o 6º idioma mais falado no planeta, com 184 milhões de falantes
- Entre os Bric (Os maiores emergentes, futuras potências econômicas e mundiais) temos: Brasileiro - russo- hindi chinês. Todos tem (*sic*) seu próprio idioma!
- O brasileiro é considerado uma das mais belas línguas que existe (*sic*), sem nenhum país, que atrolepe e coma as letras e palavras, pra queimar nosso filme.
- A música brasileira é o (*sic*) maior divulgadora de nossa língua.
- Agora o melhor; já pensou encontrar? - Gramática da Língua brasileira - Dicionário de brasileiro - Aulas aqui e no exterior pra aprender brasileiro!!!” Set (2007).

³ A esse respeito, ver Bamba, 2010 (Papel dos festivais na recepção e divulgação dos cinemas africanos. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/afroscreen/papel-dos-festivais-na-recepcao-e-divulgacao-dos-cinemas-africanos>; capturado em 30.01.2012) e Siegert, 2010 (Dança contemporânea africana: uma oposição criativa às imagens estereotipadas da africanidade. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/palcos/danca-contemporanea-africana-uma-oposicao-criativa-as-imagens-estereotipadas-da-africanidade>; capturado em 30.01.2012.

No excerto acima, é interessante observar que a seleção dos elementos que constituem a autonomia e a legitimidade da variedade brasileira, ou “brasiliano” nos termos do autor, não são propriamente linguísticos, com destaque para o número de falantes, a importância econômica do país e de sua música no cenário internacional. A relação com a herança linguística lusófona é substituída pela relação com o latim: o brasileiro como “o idioma neolatino mais novo que existe”. Apaga-se, assim, qualquer vestígio de hierarquização entre o idioma falado no Brasil e o falado em Portugal e, da mesma forma, apaga-se qualquer referência à herança colonial portuguesa.

Mesmo não prevendo esse apagamento da herança colonial portuguesa, a previsão do surgimento do “Angolês”, nos termos descritos por Edmundo (2012: s/p), também aponta para a ideia de uma língua nacional autêntica e distinta da falada em Portugal:

“O tempo virá em que o falar do povo angolano (*sermo plebeius angolanus*) há de quebrar os ditames e esmagar todos os formalismos impostos pelos gramáticos na LP (...) O *Angolês* será assim uma língua coerente, clara, um veículo de transmissão da cultura angolana, um instrumento perfeito para a expressão do pensamento angolano.” (2012: s/p)

Contrapondo-se à lógica dos dois modelos considerados até aqui, estão as concepções orientadas por um modelo transnacional, transcultural e transidiomático de política linguística. Apesar de mais raras nas discussões abertas e mais presentes nas contribuições de artistas e viajantes dos diferentes países da CPLP, essas concepções se apoiam menos nas diferenças, nos limites e nas fronteiras entre as variedades do português e realçam, justamente, o que nelas pode ser comum, inclusive pela combinação, mixagem, amálgama e por todo tipo de (re) apropriação, inclusive transgressiva em diferentes níveis e graus. Os exemplos sempre lembrados são os da literatura, música e cinema africanos que têm adquirido maior visibilidade no âmbito da CPLP, conforme já mencionado anteriormente.

Mas se considerarmos os processos globalizantes mais amplos, nos quais se inscreve inevitavelmente a questão da língua, são relevantes os modos de apreensão do que seja uma língua(gem) comum globalizada pelos movimentos de natureza política e cultural de descolonização, que desde o final do século XX têm orientado não só artistas, como também ativistas em todo o mundo. No contexto brasileiro, o movimento negro, por exemplo, tem associado de forma clara e inequívoca a questão da língua(gem) à da política, mas não no mesmo sentido policial ou policialesco da política grafocêntrica de normatização e controle da língua, e sim no sentido de instauração do litígio sobre igualdade de condições na comunicação social e nos processos de subjetivação do falante (Rancière, 1995).

A esse respeito, é relevante o conceito de “terceira diáspora”, proposto por Guerreiro (2010a; 2010b) para descrever um tipo específico de ‘*cosmoscape*’, no sentido dado a esse termo por Kendall, Skrbis e Woodward (2008): espaços, práticas, objetos e imagens enredados em fluxos e disponíveis para apropriações “cosmopolitas”, ou seja, disponíveis para recursivas reconstruções e reinterpretções de sentido em espaços pós-nacionais, pós-coloniais e globais.

Para Guerreiro, a cidade de Salvador, enquanto maior cidade do “atlântico negro”, segundo Paul Gilroy, fornece um posto privilegiado de observação do “*cosmoscape*” produzido pelas movimentações massivas de negros originários da África em suas sucessivas transmigrações por territórios atlânticos (África, América e Europa, incluindo o Caribe e os Estados Unidos). Segundo essa autora, a mais recente movimentação e que inaugura o século XXI – à qual dá nome de “terceira diáspora” – compreende o “deslocamento de signos – textos, sons, imagens - provocado pelo circuito de comunicação” que foi se desenhando em função das diásporas anteriores e que foi “[p]otencializado pela globalização eletrônica e pela web”. Ainda segundo essa autora, essa terceira movimentação “coloca em conexão digital os repertórios culturais de cidades atlânticas - ícones, modos, músicas, filmes, cabelos, gestos, livros.” (2010b: 8)

Diferentemente de obras de outros viajantes, geralmente não negros, por repertórios culturais familiares, mas outros em relação à cultura letrada escolarizada calcada no monolinguismo português, o trabalho de Guerreiro tem o mérito de não apenas apontar as diferenças, limites e fronteiras que compõem os espaços e materiais por ela focalizados, mas sobretudo de tentar não transformar seu percurso numa “experiência” transcultural nos moldes do cosmopolitismo do consumo globalizado. A esse respeito, é interessante o que afirma na apresentação de um de seus livros:

“Em meu porto de origem sou identificada como não-negra e esta é uma questão central na Salvador do século 21. Então, quando faço a cartografia da cidade, edito um mundo que vasculho e percebo. *Cito a fala das pessoas, evito traduzi-las, exponho seus próprios termos.* Acredito em uma colaboração com a cultura que me envolve. *Às vezes arrisco descrições, comentários.* É um livro escrito a muitas mãos. A proposta é cartografar ambiências e práticas comportamentais; apresentar ativismos políticos e estéticos. Percorrer bairros íntimos ou nem tanto; e desenhar uma geografia da cultura soteropolitana.” (2010b: 14; grifos meus)

E quando justifica o formato de blog de seus dois volumes (impressos inicialmente e depois digitalizados) dedicados ao tema da “terceira diáspora”, tenta, justamente, associar as necessidades criadas pelo seu objeto de estudo com os novos recursos de linguagem – não só verbais – trazidos com a internet:

“esta opção estética não é um adorno. Selar forma e conteúdo é fundamental para a comunicação. As imagens (e a forma como elas dialogam com os fragmentos [de texto]) são chave para acessar o livro, além dos comentários, links, marcadores. Foi preciso pensar uma maneira de editar este repertório transcultural da terceira diáspora sem traír a ideia de fluxo, de deslocamento.” (2010c: s/n)

Independentemente do que se possa verificar sobre o grau de reflexividade fomentado pela utilização desse formato, é relevante para a discussão sobre política, língua portuguesa e internet aqui desenvolvida a referência pós-nacional, pluricultural e plurilíngue que informa esse modo de se constituir, como objeto de observação e análise, a questão da globalização contemporânea de objetos simbólicos nos quais se inscrevem tanto os confrontos quanto as articulações de natureza propriamente linguística, mas também sociocultural e político-ideológica.

Se, de fato, é num espaço fundamentalmente diaspórico que vai funcionar o português globalizado – espaço feito de todas as transmigrações do presente e do passado, inclusive as desterritorializadas via internet, e não só de negros - desloca-se a questão da identidade e da unicidade de uma língua de origem nos termos do projeto monocultural, monolítico, territorializado e grafocêntrico, promulgado pela tradição letrada escolarizada desde a colonização.

4. Considerações finais

Neste trabalho, tentamos apontar e descrever modos de apreensão e articulação de questões relacionadas à política linguística e aos usos da língua portuguesa em espaços de informação e comunicação criados pelas tecnologias digitais relacionadas à internet. Para isso, focalizamos tanto os modos de apreensão, por internautas brasileiros, do português utilizado nesses espaços, quanto os modos de apreensão do português globalizado no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Conforme pudemos verificar, a “língua da internet” é vista como uma ameaça à ordem grafocêntrica tradicional brasileira, sobretudo porque essa ordem está ancorada numa polarização diglósica entre oralidade e escrita, língua padrão e não padrão, que exclui os hibridismos e contaminações que caracterizam os novos gêneros surgidos com a comunicação em rede e que dão visibilidade à não unicidade dos usos reais da língua nacional.

Conforme também pudemos verificar, o multiculturalismo e o plurilinguismo que compõem os espaços desterritorializados da comunicação globalizada são vistos como uma ameaça à identidade e à unicidade da língua portuguesa, compreendida tanto como herança do império (globalismo português) quanto como língua nacional autônoma (globalismo brasileiro). Em contraposição a essas duas alternativas, apontamos os processos de descolonização atualmente em curso que têm engendrado uma perspectiva pós-nacional, transcultural e transidiomática que consideramos mais produtiva para se pensar a globalização linguística e cultural contemporânea.

Referências bibliográficas

- Balibar, Etienne (1991) “The nation form: history and ideology”, em Wallerstein, I. e Balibar, E. (eds.) *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. New York: Routledge, Chapman and Hall, 86-106.
- Barros, Victor (2011) “A lusofonia como retrato de família numa casa mítica comum”. Edição N°7 *RAS – Lusofonia – Sociedade colonial angolana*, 2011. URL: <http://www.buala.org/pt/a-ler/a-lusofonia-como-retrato-de-familia-numa-casa-mitica-comum>. Acesso: 20.09.2012.
- Blommaert, Jan (2003) “Commentary: A sociolinguistics of globalization”. *Journal of Sociolinguistics* 7/4: 607-623.
- Blommaert, Jan (2009) “A market of accents”. *Language Policy*, 8 (3), 243-259.
- Blommaert, Jan (2010) *The Sociolinguistics of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blommaert, Jan, Collins, J. e Slembrouck, S. (2005) “Spaces of multilingualism”. *Language & Communication*, 25 (3), 197-216.
- Correia, E. A (2011) “CPLP e a língua portuguesa”. Conferência proferida na Faculdade de Letras de Lisboa em 09.02. 2011. URL: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/reflexoes/a-cplp-e-a-lingua-portuguesa-IIa>; capturado em 15.01.2012.
- Edmundo, Francisco K. (2012) “O Angolês, uma maneira angolana de falar português”. *BUALA. Cultura contemporânea africana*, 22.09.2012. URL: <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-angoles-uma-maneira-angolana-de-falar-portugues>. Acesso: 20.09.2012.
- Gerreiro, Goli (2010a) *Terceira diáspora, culturas negras no mundo atlântico*. Salvador: Editora Corrupio. URL: http://www.4shared.com/get/Rd-2dopp/livro1_integra_pdf.html. Acesso: 20.09.2012.

- Gerreiro, Goli (2010b) *Terceira diáspora, o porto da Bahia*. Salvador: Editora Corrupio. URL: http://www.4shared.com/office/qARs8iw9/livro_2_integra_pdf.html . Acesso: 20.09.2012.
- Gerreiro, Goli (2010c) “A ‘Terceira Diáspora’: entrevista a Goli Guerreiro”. *Jornal A Tarde*, Salvador, 12.11.2010. URL: www.litsubversiva.blogspot.com. Acesso: 20.09.2012.
- Hobsbawn, Eric. (1990) *Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kendall, G., Skrbis, Z., e Woodward, I. (2008) “Cosmoscapes and the promotion of unc cosmopolitan values”, em Majoribanks, T, et al. (Eds.) *Reimagining Sociology*, The Australian Sociological Association (TASA), Victoria, Australia, 1-14. URL: http://eprints.qut.edu.au/30604/1/30604_kendall_2009002995.pdf. Acesso em 20.09.2012.
- Marcuschi, Luiz A. (2001) “Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos”, em I. Signorini (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 23-50.
- Mateus, Maria H. M. (2002) “Uma política de língua para o português”. Lisboa: Colibri, 2002. URL: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-mhmateus-politicapt.pdf>; Acesso em 15.01.2012.
- Miyamoto, ShiguenoLi. (2009) “O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52 (2): 22-42.
- Rancière, Jacques (1995) *La Mésestante. Politique et Philosophie*. Paris: Editions Galilée.
- Sheppard, Eric (2002) “The Spaces and Times of Globalization: Place, Scale, Networks, and Positionality”. *Economic Geography*, vol. 78, no. 3, July 2002, 307–330.
- Signorini, Inês (2001) “Construindo com a escrita 'outras cenas de fala' ”, em I. Signorini, (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 97-134.
- Signorini, Inês (2002) “Por uma teoria da desregulamentação linguística”, em Bagno, M. (org.) *A Lingüística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 93-125.
- Silva, Deonísio da (2005) “Português assassinado a tecladas”. *Observatório da Imprensa*, edição nº 320, 15.03.2005. URL: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=320JDB001>. Acesso em: 20.09.2012.